

## EDITORIAL\*

Em 2024, durante a Semana dos Povos Indígenas “Autodeterminação dos Povos Originários no Brasil: desafios atuais e futuros”, ocorrida entre 15 a 19 de abril, tivemos vinte e duas comunicações orais de relatos de experiência resultantes do trabalho desenvolvido com cursistas da 4ª edição do curso História e Cultura Indígenas ocorrido entre 10 de fevereiro e 13 de abril de 2023. O curso, oferecido por profissionais de diversas Instituições de Ensino Superior e coordenado pelo curso de História da UEG Campus Sudoeste, sede Quirinópolis, tem como objetivo promover o conhecimento e o respeito pela diversidade cultural dos povos indígenas do Brasil, por meio de aulas teóricas e práticas ministradas por professores doutores e especialistas indígenas e não indígenas.

Com temáticas, abordagens e metodologias diversificadas, tais relatos de experiência abrangem a educação básica regular nas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental - anos iniciais e anos finais e Ensino Médio, a Educação de Jovens e Adultos, bem como a Educação Superior, em várias regiões do Brasil, mostrando a singularidade e a riqueza de conhecimentos mobilizados pelos(as) cursistas em suas práticas didático-pedagógicas.

No Relato de Experiência **Povos indígenas e suas contribuições: cultura nordestina e o povo Pataxó**, Adriana Costa da Conceição reflete sobre o projeto desenvolvido na Educação Infantil no segundo semestre de 2023 na Cidade do Rio de Janeiro com o objetivo primordial de “reconhecer e valorizar as culturas dos povos indígenas e nordestina” (p. 11) . Seu trabalho resultou no envolvimento da turma e de suas famílias provocando, dentre outras coisas, o “conhecimento sobre a diversidade cultural do nordeste, a valorização das suas origens e tradições, estimulou o respeito e a tolerância às diferenças, despertou o senso de pertencimento e cidadania e a desmistificação de algumas visões estereotipadas como: só é indígena quem vive em ocas e florestas; as vestimentas; a educação, entre outras” (p. 19).

Ainda na Educação Infantil, [Sara Cristiane Sousa](#), em **Literatura indígena na Educação Infantil: experiência a partir de uma perspectiva decolonial**, buscou “[t]rabalhar a história dos povos indígenas por meio da literatura em uma perspectiva decolonial” (p. 23), com uma turma de 24 estudantes de aproximadamente 3 anos em Uberlândia-MG. Para a

---

\* PRODUZIDO NO ÂMBITO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA – 4ª ED. REALIZADO 10 DE FEVEREIRO A 13 DE ABRIL DE 2024.

Autora, o “curso de História e Cultura dos Povos Indígenas propiciou uma ressignificação e reconstrução de saberes sobre esses povos, o que se refletiu tanto na prática docente quanto na construção da presente atividade, sob uma perspectiva decolonial, que valoriza e divulga a rica história e cultura dos povos indígenas” (p. 25).

Tivemos quatro relatos de experiência concernentes ao Ensino Fundamental, anos iniciais. Dentre eles, o relato de experiência de Luciana Monsef Ferreira e Ricardo de Castro e Silva sobre **Youtubers indígenas na sala de aula: conhecendo o cotidiano das aldeias**, o relato de experiência de Ana Paula de Jesus Santos **História e Cultura Indígena: mitos e verdades sobre a história e cultura indígena**, o relato de experiência de Jemerson Antonio de Souza em **Sequência didática Kabu o menino caiapó: apresentando elementos da cultura indígena, para estudantes dos anos iniciais do Ensino fundamental** e o relato de experiência **Educando para a diversidade: a contação de história como possibilidade para o ensino dos povos indígenas** de Carolina do Carmo Castro.

O primeiro buscou “promover as aprendizagens sobre as culturas indígenas para uma turma de alunos do 5º Ano da Educação Básica no ambiente da sala de aula da Escola Municipal Maria Claro Machado pertencente à Secretaria Municipal de Educação de Goiânia.” (p. 27). O segundo tratou de “desmistificar algumas dessas concepções errôneas e trazer à luz a complexidade e a importância das culturas indígenas, destacando a necessidade de um entendimento mais profundo e respeitoso sobre as contribuições dessas sociedades para o Brasil contemporâneo” (p. 45), num projeto desenvolvido com turmas de 3º e 5º ano.

O terceiro enfatizou a “apresentação de elementos da cultura indígena para estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental a partir de uma história que mostra a vida de uma criança indígena proveniente de um dos povos que ainda resistem a todos os desafios de ser indígena no Brasil” (p.51). O trabalho foi pautado pela interdisciplinaridade em uma turma de 4º ano do Ensino Fundamental, com o intuito de “apresentar, de forma lúdica, alguns aspectos da infância de um ou mais povos indígenas por meio de recursos literários e audiovisuais, contemplando assim os preceitos da lei 11.645/08” (p. 49). O objetivo foi apresentar, de forma lúdica, alguns aspectos da infância de um ou mais povos indígenas, por intermédio de recursos literários e audiovisuais, contemplando assim os preceitos da lei 11.645/08. O trabalho buscou ampliar o repertório cultural dos estudantes no que diz respeito à cultura indígena, e propor uma

representação com o uso de uma produção em múltiplas linguagens sobre o aprendizado da criança em relação ao tema, sendo desenvolvido numa escola pública.

O quarto trabalho traz a importância da contação de história oportunizando benefícios para o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e linguístico das crianças. Nesse sentido, a contação de história sobre os povos indígenas possibilita a valorização da diversidade cultural presente em nosso país. Com frequência, os povos indígenas são retratados de maneira estereotipada na mídia e no ambiente escolar. Ao contar histórias que refletem a riqueza e a complexidade das culturas indígenas, é possível desconstruir estereótipos prejudiciais e promover uma compreensão mais autêntica e respeitosa desses povos, apresentando questões relevantes como a luta pela terra, a resistência cultural e a busca por justiça e igualdade. O trabalho buscou “apresentar a experiência realizada com estudantes do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental de uma escola de Aparecida de Goiânia, em Goiás, a partir da contação de histórias sobre os povos indígenas, não apenas enriquecendo o currículo escolar com uma perspectiva culturalmente diversificada, mas também promovendo valores de respeito, diversidade, preservação cultural e consciência social entre as crianças” (p. 65).

Os anos finais do Ensino Fundamental foram contemplados com quatro trabalhos sendo eles: **Territórios indígenas no extremo sul da Bahia: Um momento de reconhecimento e reflexão sobre os territórios e seus moradores originais**, de Sara Pacheco de Sousa; **Cultura material e imaterial dos povos originários do Mato Grosso do Sul: experiências dos alunos da Escola Estadual Orcírio Thiago de Oliveira** de Ketylen Karyne Santos da Silva e Luana Campos; **Indígenas do Grão-Pará e o contato com o colonizador** de Manoel Messias da Costa e Silva; e **Arte e culinária indígena: um breve debate na sala de aula** de Mariani Bandeira Cruz Oliveira

Sara Pacheco de Sousa e Manoel Messias da Costa e Silva trabalharam com turmas de 7º ano da Escola Municipal São Geraldo, em Teixeira de Freitas – Bahia e da Escola Municipal Damásio Eugênio de Sousa, Povoado Esquisito, Zona Rural do Município de Jaicós – Piauí, respectivamente. O primeiro trabalho visou “refletir com os estudantes sobre o território onde moram, reconhecendo-o como parte de antigos territórios indígenas Pataxó, pan-grupo que abarcou outras etnias da família Maxakali” (p. 66) e o segundo consistiu em “aprofundar os estudos e análises que compreendem as relações de poder entre os europeus e os povos originários de diferentes grupos, analisando alianças e conflitos que atingiram os nativos” (88).

Ketylen Karyne Santos da Silva e Luana Campos e Mariani Bandeira Cruz Oliveira abordaram o contexto dos povos indígenas da região sul-mato-grossense. No primeiro trabalho houve o estímulo à “discussão e a análise crítica sobre a cultura, território, organização, lutas e resistências dos povos originários sul-mato-grossense, através da realização de um conjunto de atividades lúdico-educativa”, bem como “oferecer material de apoio aos professores, sobre a história regional dos povos originários” (p. 76) e no segundo trabalho a intenção foi “refletir sobre a história e as culturas dos povos indígenas do Brasil, abordando a arte e a culinária” com “reflexões sobre a história dos povos originários na sala de aula e que os estudantes percebessem a importância da cultura indígenas na nossa sociedade.” (p. 92)

O Ensino Médio também contou com quatro trabalhos: **Conhecendo e valorizando os povos indígenas do Brasil: Uma abordagem para professores do Ensino Médio (uma proposta de minicurso)** de Thays Nogueira Breyner; **Usos da intelectualidade indígena em sala de aula: uma discussão acerca da figura de Ailton Krenak** de Evellyn da Silva Dutra; **Desconstruindo histórias: um olhar sobre a ancestralidade indígena no Piauí a partir do ensino de História** de Francisca dos Santos Rodrigues e **Uma abordagem educacional no ensino básico sobre culturas indígenas através da arqueologia: experiência escolar na cidade do Recife – Pernambuco** de Jade Paiva de Lima e Fabiano Henrique do Nascimento.

Thays Nogueira Breyner, professora de Sociologia do Ensino Médio no Distrito Federal trouxe no seu relato de experiência uma proposta voltada para a “formação continuada dos docentes de Sociologia do Ensino Médio do Distrito Federal com o intuito de sensibilizar, promover reflexões e produção de materiais didáticos e instrumentalizar os profissionais a incluírem a temática indígena em suas práticas docentes no sentido de uma educação para diversidade, pluralidade e antirracista.” (p. 101)

Evellyn da Silva Dutra objetivou, por meio da análise bibliográfica, “demonstrar que, por meio do uso da intelectualidade indígena em sala de aula, aqui utilizando a figura de Ailton Krenak, [...] podemos quebrar [o] ciclo de estereotipagem e desenvolver formas de pensamento crítico nos alunos” (p. 118). Algo que pode ser feito na educação básica buscando “abrir os horizontes dos professores para uma perspectiva de ensino que quebre os ciclos de estereotipagem acerca dos povos indígenas, para que não estejamos mais sujeitos a uma história única” (p. 124).

No seu relato de experiência, Francisca dos Santos Rodrigues teve como objetivo “discutir as raízes e as ancestralidades indígenas existentes no Piauí. E, de modo específico, apontar costumes e hábitos desses povos no modo de vida piauiense, desenvolver de forma criativa o estudo das raízes nativas no estado, além de refletir sobre a existência desses grupos no contexto histórico e social piauiense, por meio da produção de desenhos, de textos e de poemas.” (p. 129)

Por sua vez, Jade Paiva de Lima e Fabiano Henrique do Nascimento buscaram “integrar a arqueologia no estudo das populações indígenas, para apresentar aos estudantes a arqueologia enquanto prática política e suas relações com as culturas indígenas através da materialidade, propiciando a aproximação dos estudantes com os artefatos indígenas, com as formas de produzir instrumentos líticos, grafismos rupestres, artefatos cerâmicos, entre outros (p. 136).

Ainda no âmbito da educação básica, mas em distintas modalidades, tivemos os relatos de experiência intitulados **Povos indígenas no Brasil contemporâneo: somos uma República?**” de Mayara Paiva de Souza, **Redescobrimo o pantanal rupestre: a utilização da frotagem na conservação do patrimônio cultural**” de Gilson Lima Domingos e Maicon Martta e **Conhecendo o céu indígena: uma jornada pela diversidade cultural nas constelações** de Bruno da Fonseca Gonçalves.

No primeiro, a Autora assinala ser “importante pontuar que visões estereotipadas acerca dos povos indígenas no Brasil levam à necessidade de, nós professores, abordarmos a questão de forma crítica, de forma que provoque a reflexão e a transformação” (p. 149). Por isso, em seu projeto ela buscou, no trabalho com estudantes do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos numa turma com faixa etária variando entre 18 e 79 anos, “trazer abordagens e conceitos sobre a temática indígena no Brasil, retomando diálogos, problematizando visões pré-concebidas, trazendo novos olhares sobre conflitos e negociações que colocassem os indígenas como protagonistas de sua história e da história do Brasil” (p. 150).

No segundo, os Autores trabalharam com “atividade de campo arqueológica visando compreender a ocupação indígena pré-cabralina no Pantanal-sul-mato-grossense aliado ao uso de utilização da tecnologia da realidade aumentada com fins didático-pedagógicos” para “apresentar as técnicas de frotagem realizadas com os estudantes dos cursos técnicos integrados [informática e metalurgia] do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), Campus Corumbá” (p. 177).

No terceiro, o Autor pretendia conscientizar estudantes do ensino médio técnico integrado em automação industrial do Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Itabirito “sobre a importância das constelações indígenas e a necessidade de preservar a cultura indígena” ao “desafiar a visão eurocêntrica da astronomia e promover o respeito pela diversidade cultural” (p. 187).

Os relatos de experiência concernentes à educação superior foram os de: Otávia Garcia de Souza Longo, **História Indígena, o que é que cê’ diz?: Perspectivas de futuros docentes estagiários do CDHIS sobre a Lei Nº 11.645 no ofício e na universidade**; Flávia Pereira Machado, **Protagonismo indígena no Brasil contemporâneo: agendas políticas e produções intelectuais, artísticas e midiáticas**; e João Victor Xavier Biggi, **A Interculturalidade crítica e o Ensino de História: aporte educacional para a formação docente**.

Otávia Garcia de Souza Longo objetivou “descrever entrevistas conduzidas com estagiários do Centro de Documentação e Pesquisa em História que são estudantes de História na Universidade Federal de Uberlândia a respeito de suas perspectivas sobre o ensino de História Indígena no currículo universitário e suas expectativas em relação a aplicação da Lei Nº 11.645 em sala durante sua atuação docente” (p. 193). A partir de registros orais coletados por meio do uso da entrevista semi-estruturada, ela ponderou ser “necessária uma formação docente mais incisiva no que diz respeito ao entendimento da lei e que propicie mais oportunidades dentro da faculdade para o ensino da História Indígena, assim como maior planejamento institucional por parte das escolas em relação ao tema” (p. 195).

Flávia Pereira Machado buscou, por meio do amplo espectro das metodologias ativas, “identificar os/as indígenas como agentes históricos e sujeitos/as de direitos, evidenciando seu protagonismo por meio de suas lutas na contemporaneidade e a localização destes/as em diferentes espaços públicos, políticos e culturais”. Nesse sentido, seu relato apresenta “o mapeamento das principais demandas e agendas das populações indígenas na contemporaneidade; o levantamento das produções intelectuais, literárias, cinematográficas e mídias sociais realizadas por intelectuais/artistas/influenciadores indígenas; e a discussão sobre como essas produções e a ocupação desses espaços diversos colocam essas populações e sujeitas/os como partícipes do processo de construção histórica, política, econômica e cultural do Brasil” (p. 198).

João Victor Xavier Biggi propôs o trabalho introdutório “sobre a temática e sobre conceitos durante uma aula de História dos Povos Indígenas na Universidade Federal de Uberlândia, nos Cursos de Graduação de História, para fomentar e promover uma formação e educação antirracista” (p. 211) com vistas a “dispor o debate de certos conhecimentos, a partir da Interculturalidade crítica, acerca de outras perspectivas para o Ensino de História, promovendo trocas e pontes de saberes e conhecimentos entre indígenas e não-indígenas e fomentar o desenvolvimento da formação docente no Ensino de História Indígena, pressupondo que as questões educacionais indígenas são, na verdade, soluções para os problemas de uma sociedade estruturalmente racista e segregacionista” (p. 211-210).

No âmbito conceitual tivemos o relato de experiência **Fotografia e educação: O indígena imaginado por Marc Ferrez** de Jonathas Trindade da Silva. Nele o Autor objetivou “discutir e propor a reflexão da importância da fotografia como recurso didático, a utilização da imagem/fotografia no processo de ensino aprendizagem pode apresentar diferentes perspectivas causadas pela experiência da interpretação” (p. 211) e, também, “refletir a importância das fontes imagéticas para a construção do saber na aula de História e como as imagens comportam-se enquanto documentos históricos.” E propor um modelo interpretativo (p. 214). O trabalho apresenta análises importantes acerca das fotografias indígenas difundidas amplamente em materiais histórico didáticos mas que eram produzidas e tratadas em estúdios. Fica ao final a incógnita de que imagem os estudiosos, escolas e até mesmo a população indígena realmente difundiu. As imagens que temos na atualidade de períodos mais longínquos foram transmutadas e nós as reproduzimos?

Em termos práticos, o relato de experiência **Guia de Material Indígena: uma proposta prática sob a perspectiva decolonial** de Gabriella Carvalho Motta, Ranielly Cristina Barbosa Silva e Vitória Aparecida Albuquerque dos Santos apresentou a proposta de “elaborar um Guia de Material Indígena. Como um guia, seu principal objetivo é ser um material para consulta, orientação e sugestão a ser explorado e utilizado dentro de sala de aula. Por isso, contará com fontes produzidas por indígenas acompanhadas por atividades sugestivas que serão disponibilizadas de maneira virtual, possibilitando, assim, maior divulgação para acesso e consulta pelos interessados.” (p. 219).

A 4ª edição do Curso de História e Cultura Indígenas trouxe impactos significativos para a realidade profissional e acadêmica de seus participantes, com reflexos visíveis em várias

iniciativas na educação básica em diferentes regiões do país. Entre esses impactos, destaca-se o fortalecimento de uma formação docente, tanto inicial quanto continuada, baseada em pilares antirracistas e na valorização dos indígenas como sujeitos contemporâneos e detentores de direitos. Houve também um crescente interesse por aprender, atualizar e desconstruir conhecimentos relacionados às temáticas indígenas, assim como uma crítica às matrizes curriculares dos cursos superiores de formação docente em História. Além disso, foram propostas ações permanentes nas escolas, como a criação de uma cartilha impressa, um livro de história infantil, um mapa interativo sobre os locais de ocupação dos diferentes povos e um vídeo animado sobre os povos originários. A reconstrução de sítios arqueológicos com tecnologias digitais também ganhou espaço, assim como a disponibilização do guia Além do livro didático: um guia para integrar perspectivas indígenas na educação, evidenciando como o curso promove práticas educativas mais inclusivas e conscientes da riqueza cultural indígena.

Equipe Editorial